

Descobertas propinas de empreiteira

Carlos MacArthur

Os técnicos da Subcomissão de Patrimônio da CPI do Orçamento e a Polícia Federal descobriram, através dos documentos apreendidos na casa do diretor da Norberto



Odebrecht, Ailton Reis, que a construtora pagava uma comissão de quatro a cinco por cento para os parlamentares que conseguiam aprovar as emendas de interesse da empreiteira. Os 40 quilos de documentos mostram também que a Norberto Odebrecht tinha um controle total das emendas relativas às obras em todos os ministérios e órgãos do Governo Federal. Desde a Conab até o Ministério da Justiça.

Técnicos da subcomissão anteciparam que os documentos encontrados permitem a realização de uma CPI da Caixa Econômica Federal. É que os direitos da Odebrecht tinham em seu poder pedidos de liberação de verbas, crachá em branco da CEF (para serem preenchidos com qualquer nome) formulários diversos em papel timbrado da instituição e formulários dirigidos a governadores de estado (minuta e prontos para serem assinados). Muitos documentos apontam o envolvimento do ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Álvaro Mendonça.

Para os técnicos que estão analisando os documentos, já está claro o grau de "influência e trânsi-

PAULO NEGREIROS



Documentos da Odebrecht: quatro a cinco por cento para autores de emendas para a empreiteira

sito" que a construtora tinha dentro da instituição. Um exemplo, são os vários bilhetes transmitidos por fax, solicitando a intervenção da construtora Norberto Odebrecht para a liberação de recursos junto a CEF. Um deles, obtido pelo CORREIO BRAZILIENSE, refere-se ao cumprimento de desembolsos para uma obra de saneamento em Macapá, capital do Amapá, encaminhado por Edson Costa ao diretor da Norberto Odebrecht em Brasília, Ailton Reis:

"Ailton. A CEF não vem cumprindo com os desembolsos previstos, conforme você pode observar em julho, agosto e setembro. É fundamental que em outubro, novembro e dezembro, não fure. Por isso, estou solicitando o seu apoio para dar uma força. Depois

falamos, muito obrigado, Edson Costa".

Nos documentos, que estavam escondidos em um banheiro e prontos para serem destruídos, foi encontrada uma relação de clientes especiais da construtora. Entre eles, o senador e ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP), a deputada Roseana Sarney (PFL-MA), o ex-secretário Nacional de Habitação, Ramon Arnús, o ex-secretário de Saneamento do Ministério da Ação Social, Walter Annichino, e o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. A Secretaria de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal informou que Roriz, recebeu da Odebrecht nessa condição, apenas um livro de arte.

O ex-ministro Ângelo Calmon

de Sá também aparece como um dos colaboradores do esquema Odebrecht. Ele recebeu uma correspondência assinada pelo empresário Emílio Odebrecht solicitando a liberação de verbas do Governo Federal que estavam vinculadas a obras da construtora por todo o País. O levantamento constatou ainda o envolvimento de novos políticos, como o deputado Max Rosenmann (PFL/PR) e de um governador — cujo nome foi mantido em sigilo — que na legislação passada ocupava uma cadeira no Congresso Nacional, única pista que vazou. Inúmeros integrantes do segundo escalão do Governo, principalmente funcionários do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e da Caixa Econômica Federal (CEF) também aparecem.